

Igreja Adventista do Sétimo Dia – Institucional

- Os Adventistas
- Crenças
- Missão e Serviço
- Organização

Os Adventistas e a Política

Por que ter orientações sobre esse assunto?

Em tempos onde a política e a religião se cruzam permanentemente com impacto direto na vida dos religiosos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia sente necessidade de deixar claro seu posicionamento frente a temas relacionados à política e eleições. Ao mesmo tempo em que não é proprietária e nem incentiva a participação em partidos políticos por parte de seus membros, a Igreja Adventista também reconhece seu papel dentro da sociedade como uma organização ativa e envolvida com questões pertinentes à cidadania.

Nessa cartilha, são apresentadas abordagens sobre três aspectos que a Igreja Adventista julga importante dentro dessa temática e que são válidos para todos os países que integram a Divisão Sul-Americana: os adventistas e a política partidária, os adventistas e as eleições e os adventistas e o relacionamento com candidatos adventistas.

Há dois motivos principais para a produção dessa cartilha. O primeiro é que as orientações funcionem como um guia conciso e unificado de orientações a respeito do tema para que os membros compreendam o que pensa a organização. Além disso, também serve como referência para que políticos e partidos entendam como age a Igreja Adventista e não criem quaisquer expectativas diferentes das que ela se propõe.

Os adventistas e a política partidária

Nesse assunto, as principais referências são os capítulos “Nossa Atitude Quanto à Política” do livro *Obreiros Evangélicos*, páginas 391-396, e trechos do livro *Fundamentos da Educação Cristã*, páginas 475 a 484, ambos escritos por Ellen White.

Existem pelo menos três princípios fundamentais que regem a posição da Igreja Adventista do Sétimo Dia sobre a política. Um deles é o princípio da separação entre Igreja e Estado, o que leva a cada uma dessas entidades a cumprir suas respectivas funções sem interferir nos negócios da outra. A Igreja crê que só poderá preservar esse princípio por meio de uma postura denominacional sem compromissos partidários, não se posicionando nem a favor e nem contra quaisquer regimes ou partidos políticos. Essa postura deve caracterizar, não apenas a organização adventista em todos os seus níveis, mas também todas as instituições por ela mantidas, todas as congregações adventistas locais, bem como todos os obreiros assalariados pela organização.

A Igreja encontra nos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos base suficiente para evitar qualquer militância política institucional. O cristianismo apostólico cumpria sua missão evangélica sob as estruturas opressoras do Império Romano sem se voltar contra elas. O próprio Cristo afirmou que o Seu reino “não é deste mundo” e que, por conseguinte, os Seus “ministros” não empunham bandeiras políticas (João 18:36). Qualquer compromisso político ou partidário por parte da denominação dificultaria a pregação do “evangelho eterno” a todos os seres humanos indistintamente (Mateus 24:14; Apocalipse 14:6).

Outro princípio fundamental é que o nível de justiça social de um país é diretamente proporcional ao nível de justiça individual de cada um dos seus cidadãos, e que esta justiça individual, por sua vez, deriva do interior da própria pessoa. Reconhecendo as dimensões sociais do pecado, a Igreja apoia e mesmo participa de projetos sociais e educacionais que beneficiam a vida comunitária sem conflituarem com os princípios bíblicos. Muitos desses projetos são levados a efeito em nome da sua agência humanitária ADRA (Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais), outros pela ASA (Ação Solidária Adventista) e demais departamentos da Igreja Adventista. No entanto, a Igreja não participa de quaisquer greves e passeatas de índole política e partidária que acabariam comprometendo sua postura de não defender qualquer partidarismo.

O cristianismo não isenta os cristãos dos seus deveres civis e isso está evidente na ordem de Cristo: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.” Marcos 12: 17. O Novo Testamento apresenta várias orientações a respeito do dever cristão de honrar os governos civis como instituídos por Deus (ver Romanos 13:1-7; Tito 3:1 e 2; I Pedro 2:13-17). Somente quando tais governos obrigam seus súditos a transgredirem as leis divinas é que o cristão deve assumir a postura de que “antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (Atos 5:29).

Orientações práticas da Igreja Adventista do Sétimo Dia

1. A Igreja Adventista do Sétimo Dia não apoia e nem possui partidos políticos e nem repassa recursos a essas organizações por entender que adota uma postura não partidária.
2. A Igreja Adventista do Sétimo Dia não permite que, em seus templos, sejam realizadas reuniões com finalidade político-partidária ou de cunho eleitoral.
3. A Igreja Adventista do Sétimo Dia não mantém bancada de parlamentares em nível municipal, estadual e federal e nem de líderes políticos de quaisquer regiões administrativas ou demais países que fazem parte da Divisão Sul-Americana.

Os adventistas e as eleições

Além da Bíblia Sagrada, os adventistas usam como referência para esse assunto os escritos de Ellen White, escritora norte-americana e cofundadora da Igreja Adventista do Sétimo Dia. O assunto está presente em vários de seus livros.

Na edição da revista Review and Herald, de 15 de outubro de 1914, em artigo reproduzido no livro Obreiro Evangélicos, páginas 384-388, Ellen White enfatizou a responsabilidade de cada cidadão exercer toda influência dentro do seu poder para refrear o tráfico de bebidas alcoólicas, incluindo seu voto: “Mesmo não sendo sábio nos envolvermos em questões políticas, ainda assim é nosso privilégio tomar uma posição decidida sobre todas as questões relacionadas à reforma da temperança. Tenho dado muitas vezes a esse respeito um claro testemunho”. Em um artigo publicado na Review de 8 de novembro de 1881, ela escreveu: “Há uma causa para a paralisia moral da sociedade. Nossas leis apoiam um mal que lhes está destruindo a própria base. Muitos lamentam o mal que sabem existir, mas se consideram livres de qualquer responsabilidade no assunto. Isso não pode ser. Todo indivíduo exerce uma influência na sociedade. Em nossa terra favorecida, todo eleitor tem de certo modo voz em decidir que espécie de leis hão de reger a nação. Não deviam sua influência e voto ser postos do lado da temperança e da virtude? Podemos apelar para os amigos da temperança, a fim de que promovam a união para o conflito, e para procurar impedir a onda do mal que está desmoralizando o mundo; mas de que valem todos os nossos esforços, enquanto os negociantes de bebidas alcoólicas forem apoiados por lei?

“Falamos nos resultados, trememos em face deles, e cogitamos no que poderemos fazer com esses terríveis resultados, ao passo que, muitas vezes, toleramos, e até sancionamos a causa dos mesmos. Os defensores da temperança deixam de cumprir todo o seu dever, a menos que exerçam sua influência, pela palavra e pelo exemplo – palavra, pena e voto – em favor da proibição e abstinência total. É escusado pensar que Deus opere um milagre para efetuar essa reforma, afastando assim a necessidade de esforço de nossa parte. Nós mesmos precisamos de agarrar-nos com esse gigante inimigo, tendo como divisa: não transigir, nem cessar nossos esforços até que a vitória seja alcançada.” (Review and Herald, 15 de outubro de 1914; citado em Obreiros Evangélicos, páginas 387 e 388 e Temperança, páginas 253 e 254).

Fica claro nesses e em outros textos que os adventistas devem optar, na hora do voto, por candidatos que promovam, em suas ideias de campanha, conceitos em favor da saúde, da temperança (uso equilibrado dos recursos naturais) e defendem o direito à liberdade de expressão religiosa. Já que, em muitos países, o voto é obrigatório e é prudente que se respeitem as leis, o ideal é privilegiar candidatos com esse perfil.

Orientações práticas da Igreja Adventista do Sétimo Dia

1. A Igreja Adventista recomenda que os membros participem das eleições em seus países desde que nessas ocasiões não haja qualquer incompatibilidade com os princípios bíblicos defendidos pela Igreja.
2. É orientado que os membros votem em candidatos que defendam os princípios de temperança – o que inclui combate ao fumo e bebidas alcoólicas – questões de liberdade de expressão religiosa, separação entre Igreja e Estado e que efetivamente tenham propostas concretas para melhorar a qualidade de vida da população em geral especialmente nas áreas de saúde, educação e família. Mas não há qualquer orientação quanto a voto em candidatos de determinados partidos políticos.
3. Pastores, líderes locais ou profissionais adventistas não devem promover candidatos em cultos regulares ou demais

programas oficiais da Igreja Adventista, tampouco nas sedes administrativas e instituições educacionais, de saúde ou sedes de projetos da ADRA ou mantidos de alguma forma pela organização adventista. A Igreja Adventista não apoia a mobilização para que sejam dados votos a um determinado candidato.

4. É vedado o uso do dízimo para pagamento de qualquer pessoa para fazer discursos sobre questões políticas.

Candidatos adventistas

Entre os direitos do cristão adventista no exercício de sua cidadania está o de ocupar cargos políticos. O Antigo Testamento menciona vários membros do povo de Deus que exerceram funções de grande projeção no governo de importantes nações pagãs da época. Por exemplo, José foi por muitos anos primeiro ministro do Egito, a mais importante nação da época (Gênesis 41:38-45). Colocado por Deus sobre o trono daquele país (Gênesis 45:7, 8), José se manteve “puro e imaculado na corte do rei”; e foi “um representante de Cristo” aos egípcios (Medicina e Salvação, p. 36; Patriarcas e Profetas, p. 368-369). Daniel exerceu importantes cargos governamentais em Babilônia sob o reinado de Nabucodonosor, Belsazar, Dario e Ciro (Daniel 2:48, 49; 5:11, 12,29; 6:1-3, 28; 8:27). Com um apego incondicional aos princípios divinos, Daniel e seus com-panheiros foram embaixadores do verdadeiro Deus na corte desses reis (ver Daniel capítulos 1, 3 e 6). É interessante notar que José e Daniel foram nomeados para suas funções públicas pelos próprios monarcas da época. Mas hoje, na maioria das democracias modernas, as pessoas precisam se candidatar e concorrer a tais funções em um processo bem mais competitivo. Embora a Igreja Adventista do Sétimo Dia normalmente não encoraje e nem desestimule a candidatura política dos seus membros, ela também reconhece que a sociedade tem sido beneficiada pelo bom exemplo de alguns políticos adventistas que concorrem honestamente a determinados cargos públicos e os exercem dignamente, sem comprometerem com isso os princípios bíblicos. A influência positiva de políticos adventistas tem sido decisiva, em vários países, para o estabelecimento de legislações que facilitem a observância do sábado.

Orientações práticas da Igreja Adventista do Sétimo Dia

1. Candidatos adventistas não devem usar o púlpito e nem programas oficiais da Igreja para pedir votos.
2. É recomendado que os membros que se candidatam a cargos públicos eletivos deixem suas funções na igreja local. No caso de pastores e obreiros assalariados, é obrigatório que os mesmos deixem seu trabalho na obra adventista antes de lançar suas candidaturas.
3. Adventistas com cargos eletivos não possuem autorização para falar em nome da Igreja Adventista em eventos, reuniões ou seminários. Também não são representantes da Igreja Adventista no parlamento ou poder executivo. São apenas membros da Igreja com um cargo eletivo.

Liberdade Religiosa Divisão Sul-Americana